

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 e Relatório
dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Natal/RN

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CODERN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2016 a CODERN possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 529.977 mil (R\$ 574.523 mil em 2015), representando 90% do seu ativo total. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, bem como não foi possível realizar o acompanhamento do inventário físico dos bens. A empresa realizou análise sobre a redução ao valor recuperável dos ativos das Unidades Areia Branca e Natal, entretanto, não procedeu avaliação da vida útil-econômica e recuperabilidade dos ativos localizados em Maceió e que correspondem a mais de 25% do ativo imobilizado líquido. Os efeitos sobre o teste de recuperabilidade, a avaliação da vida útil e a falta de controle possam ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado e em seu resultado não foram determinados.

Até o término dos nossos trabalhos não obtivemos informações relativas ao inventário para acompanharmos a contagem física dos estoques no final do exercício de 2016. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que estão registradas no balanço patrimonial por R\$ 9.641 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 9.603 em 2015), respectivamente. Adicionalmente, a introdução do novo sistema informatizado de estoques durante o exercício 2015 resultou em diversos erros no saldo de almoxarifado. Na data das demonstrações contábeis 2016 a administração ainda estava no processo de sanar as deficiências do sistema e de corrigir os erros. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

De acordo com a nota explicativa nº 12, a CODERN apresenta saldo de R\$ 10.224 mil referente ao PORTUS em 2016 (R\$ 10.115 em 2015). A Companhia participa como patrocinadora do plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, correspondendo ao Plano de Benefícios PORTUS - Instituto de Seguridade Social. Durante 2016 não foi disponibilizado à nossa auditoria parecer atuarial, bem como não há atualização monetária dos valores em aberto referente aos parcelamentos com aquela entidade. Como consequência, o passivo está apresentado a menor e o resultado a maior em montante que não foi possível quantificar.

Em 31 de dezembro de 2016 a CODERN apresenta saldo de R\$ 6.574 mil (R\$ 7.104 mil em 2015) no Realizável a longo prazo, entre os quais constam valores de depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais no equivalente a R\$ 6.562 mil (R\$ 6.804 mil em 2015). Os valores são, na sua maioria, decorrentes de exercícios anteriores, onde a CODERN ainda não possui atualmente, levantamento completo dos depósitos e bloqueios judiciais constituídos em exercícios anteriores,

devidamente conciliados com a contabilidade. Como consequência não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes sobre a recuperabilidade dos referidos saldos.

Em Assembleia Geral realizada em 18 de outubro de 2016 foi deliberado que o adiantamento para futuro aumento de capital não terá mais a característica de patrimônio líquido e, portanto, deverá ser reclassificado para o passivo não circulante, devendo constar a sua divulgação em nota explicativa. Do montante de R\$ 623.482 mil apresentado em 31 de dezembro de 2015, apenas R\$ 47.595 mil foi reclassificado para o passivo não circulante, permanecendo em 31 de dezembro de 2016 o saldo de R\$ 660.950 mil em contas do patrimônio líquido.

De acordo com a nota explicativa nº 2 a empresa elabora as suas demonstrações financeiras considerando o custo histórico como base de valor. Entretanto, a Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e passivo a descoberto (caso tivesse reconhecido os adiantamentos para futuro aumento de capital como passivo não circulante, considerando a AGO/AGE realizada em outubro de 2016). Entre os fatores citados na referida nota explicativa, para o quadro apresentado de descontinuidade, constam as despesas financeiras e o reconhecimento de *Impairment*. Entretanto, a empresa apresenta prejuízo bruto no montante de (R\$ 9.642 mil) em 2016 (R\$ 9.385 mil negativo em 2015), o que torna necessária divulgação sobre quais as ações da administração no sentido de reverter este quadro de prejuízo direto nas operações.

Conforme nota explicativa nº 14, a CODERN apresenta saldos de R\$ 63.122 mil decorrentes de créditos da união, que de acordo com a contabilidade são relativos aos convênios nº 009/2008, 001/2008 e 268/2006. Estes convênios foram firmados para a realização de investimentos em obras e ampliação. Entretanto, os contratos firmados não preveem o pagamento dos referidos investimentos e, atualmente, a CODERN não consegue estimar com confiabilidade a real exigibilidade da obrigação, bem como o seu prazo para realização. Em virtude disso não estamos em condição de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos no passivo e no resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 a CODERN apresenta um saldo de R\$ 7.849 mil (R\$ 6.626 mil em 2015) referente a conta de Devedores Diversos. Entre os valores apresentados a Companhia apresenta R\$ 2.198 mil a receber de Portos Conveniados decorrentes de parcelamentos tributários originados em 2012, quando o Porto Recife ainda era integrado ao Porto de Natal. Os valores dos débitos de responsabilidade do Porto de Recife não demonstram expectativas de recuperabilidade, tendo em vista que os valores estão em aberto de vários exercícios anteriores. Também consta em aberto saldos de valores bloqueados no montante de R\$ 367 mil, dos quais não há respaldos da assessoria jurídica que os valores estão realmente em aberto para posterior recebimento. Não foi realizado em 2016 nenhuma provisão para perdas com crédito em virtude da incerteza de recuperabilidade de tais ativos. Como consequência o ativo está apresentado a maior e o resultado a menor em R\$ 2.565 mil.

Até a data deste relatório não recebemos informações da assessoria jurídica responsável pela administração do Porto Maceió sobre os litígios ou possíveis litígios que envolvam a CODERN. Por meio de procedimentos alternativos, verificamos que existem processos ativos e passivos em curso na primeira e segunda instância do Tribunal de Justiça de Alagoas. Não nos foi possível avaliar os possíveis efeitos que tais contingências passivas possam ocasionar no passivo e no resultado da Companhia em conformidade a NBC TG 25 (R1) que trata sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Em virtude disso não opinamos sobre os possíveis efeitos que tais contingências possam ocasionar no resultado da CODERN.

A CODERN apresenta saldo no seu passivo circulante de R\$ 3.633 mil em 2016 (R\$ 2.719 mil em 2015) referente a provisão de férias. A Companhia não detém controles analíticos e composição sobre os saldos remanescentes de férias e décimo terceiro salário, não fornecendo base para avaliar possíveis lançamentos em duplicidade ou baixas indevidas. Em virtude disso não opinamos sobre os possíveis efeitos que as referidas provisões possam ocasionar no passivo e no resultado da Companhia.

A CODERN elabora suas demonstrações contábeis consolidadas considerando as atividades desenvolvidas pela unidade do Rio Grande do Norte e Alagoas. As demonstrações consolidadas não foram preparadas considerando os ajustes dos valores entre as companhias. Consequentemente, o ativo e passivo se encontram a maior em R\$ 5.210 mil.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Parnamirim/RN, 05 de maio de 2017.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8


José Emerson Firmino
Contador
CRC/RN 6570/O-6


Felipe da Silva Moreira
Contador
CRC/RN 10940/O-5

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Balanco patrimonial
Exercicios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2016	2015
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.114	19.248	Contas a Pagar	12	79	88
Contas a Receber	5	7.901	6.999	Fornecedores		4.234	4.177
Outros Créditos		11.440	10.700	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	38.682	32.403
Adiantamentos		545	546	Provisões de Férias	11	3.633	2.719
Impostos a Recuperar		3.046	3.527	Outras Obrigações		2.254	1.890
Devedores Diversos	6	7.849	6.626	Total do passivo circulante		48.881	41.277
Outros valores a receber		0	0				
Estoques	7	9.641	9.603	Não Circulante			
Despesas Antecipadas		14	39	Contas a Pagar	12	17.181	17.027
Total do ativo circulante		49.111	46.589	Provisão para contingências	13	38.474	37.908
				Créditos para aumento de capital	14	47.595	0
Não Circulante							
Realizável a longo prazo		6.574	7.104	Outros Créditos da União	15	63.122	64.229
Contas a Receber	8	0	289	Total do passivo não circulante		166.371	119.164
Depósitos judiciais e Contratuais		2.562	2.495			215.253	160.440
Bloqueios Judiciais		4.001	4.309	Total do passivo			
Outros Valores a Receber		11	11	Patrimônio Líquido			
Investimentos		22	22	Capital Social	16	432.843	432.843
Imobilizado Líquido	9	529.977	574.523	Créditos para aumento de capital	17	660.950	623.482
Intangível		9	9	Prejuízos acumulados		(723.354)	(588.519)
Total do ativo não circulante		536.581	581.658	Total do patrimônio líquido		370.439	467.807
Total do Ativo		585.692	628.247	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		585.692	628.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7 

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	2016	2015
Receita Líquida dos serviços	18	53.882	45.959
Custos operacionais	19	(63.524)	(55.344)
(Prejuízo) Bruto		(9.642)	(9.385)
(Despesas)/Receitas operacionais		(41.579)	(30.482)
Despesas gerais e administrativas	20	(34.727)	(27.872)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9	(19.563)	
Despesas tributárias		(1.434)	(1.429)
Provisões diversas		(1.250)	(356)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	21	(1.149)	(15.300)
Receitas patrimoniais	22	15.002	13.576
Outras (despesas)/receitas operacionais		1.542	900
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(51.221)	(39.866)
Receitas financeiras	23	3.408	2.715
Despesas financeiras	23	(84.854)	(77.546)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(132.667)	(114.698)
IRPJ e CSLL		-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(132.667)	(114.698)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		-0,0007	-0,0005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Descrição	Capital social (Nota 16)	Créditos para aumento de Capital (Nota 17)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2015	421.955	568.200	(499.829)	490.325
Prejuízo líquido do período			(114.698)	(114.698)
Aumento de Capital com reservas (Nota 17)	37.105	(37.105)		-
Ajustes de Exercícios Anteriores		(70)	(209)	(279)
Atualização dos créditos para aumento de capital		75.089		75.089
Recebimento dos créditos para aumento de capital		17.368		17.368
Compensação de prejuízos com redução de capital (Nota 17)	(26.217)		26.217	-
Em 31 de dezembro de 2015	432.843	623.482	(588.519)	467.807
Mutações de 2015	10.888	55.282	(88.690)	(22.519)
Em 1º de janeiro de 2016	432.843	623.482	(588.519)	467.807
Prejuízo líquido do período			(132.667)	(132.667)
Aumento de Capital com reservas (Nota 17)		(46.487)		(46.487)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(2.168)	(2.168)
Atualização dos créditos para aumento de capital		81.031		81.031
Recebimento dos créditos para aumento de capital		2.924		2.924
Em 31 de dezembro de 2016	432.843	660.950	(723.354)	370.439
Mutações de 2016	-	37.468	(134.835)	(97.367)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(132.667)	(114.698)
Ajustes do Lucro Líquido		
Depreciação e amortização	25.234	18.408
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	19.563	
Ajustes	(847)	(279)
Provisões	13	13.817
Despesas de atualização monetária	81.996	75.089
Redução (Aumento) de Ativos		
Clientes e contas a receber	(614)	(1.733)
Outros créditos	(740)	(1.061)
Estoques	(38)	478
Despesas antecipadas	25	(5)
Outros ativos não circulantes	242	(111)
Aumento (Redução) de Passivos		
Contas a Pagar	146	(34)
Fornecedores	57	126
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	6.278	9.077
Provisões de Férias	914	435
Outras Obrigações	365	444
Outros passivos não circulantes	(1.107)	285
Provisão para contingências	553	-
Caixa gerado pelas operações	(628)	240
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(628)	240
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(1.429)	(21.739)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.429)	(21.739)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento para aumento de capital	2.924	17.368
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos	-	(69)
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.924	17.300
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	866	(4.200)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.248	23.447
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	20.114	19.248
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	866	(4.200)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 8º Termo Aditivo a partir de 01.01.2017, com vigência até 31.12.2017.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 723.354 mil (R\$ 588.519 mil em 2015). Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 81.031 mil, bem assim das Despesas com *Impairment*, cujo valor das perdas para o exercício de 2016 foram de R\$ 19.563 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre os recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

• Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2016	31/12/2015
Recursos em caixa	-	-
Recursos em bancos	1.190	254
Recursos do Tesouro - SIAFI	2.924	-
Aplicações financeiras	16.000	18.994
Total de caixa e equivalentes de caixa	20.114	19.248

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 14% durante o exercício 2016 e está detalhado da seguinte forma:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
Aplicações financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras Sede	15.924	18.924
Aplicações financeiras Maceió	76	70
Total de aplicações financeiras	16.000	18.994

Os rendimentos provenientes da aplicação são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e são utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
Clientes e contas a receber	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	11.540	9.388
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(3.639)	(2.389)
Contas a receber de clientes líquidos	7.901	6.999
Total Contas a Receber	7.901	6.999

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do COFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerencias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de tributos.

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 estão apresentados a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Portos Conveniados	2.198	1.781
Parcelamentos a receber COFINS, PASEP e IRRF	1.322	1.322
Valores a Receber de Rateio COFIS, CONSAD e Gerenciais	3.743	2.688
Valores a receber de bloqueios judiciais	367	562
Outros devedores diversos	219	273
Total Devedores Diversos	7.849	6.626

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Material de consumo permanente Sede	1.619	1.626
Material Terminal Salineiro Areia Branca	7.958	7.908
Material de consumo permanente Maceió	64	69
Total	9.641	9.603

8. Contas a Receber - Realizável a longo prazo

A conta teve seu saldo reduzido a zero devido à reclassificação deste para o Ativo Circulante, Devedores Diversos - Valores a Receber de Rateio COFIS, CONSAD e Gerenciais.

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 estão apresentados conforme quadro a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo líquido em	
				31/12/2016	31/12/2015
Bens Móveis	114.409	(60.320)	-	54.089	53.477
Equipamentos Industriais	99.130	(50.020)		49.110	47.570
Embarcações	3.920	(3.034)		886	977
Veículos	585	(545)		40	80
Móveis e Utensílios	2.437	(946)		1.491	1.663
Informática	1.207	(668)		539	737
Máquinas	1.562	(645)		917	1.048
Motores	19	(11)		8	9
Aparelhos	3.833	(3.282)		551	706
Sistema de Segurança	991	(710)		281	334
Galpão	334	(207)		127	194
Outros bens	391	(252)		139	159
Bens Imóveis	579.817	(133.180)	(17.995)	428.642	372.801
Imóveis de natureza industrial	427.926	(99.728)		328.198	256.521
Instalações	78.035	(25.029)	(16.230)	36.776	54.103
Obras de acesso	5.050	(1.497)	(1.765)	1.787	3.642
Prédios	63.432	(6.794)		56.638	58.432
Terrenos	102	-		102	102
Molhe	5.272	(132)		5.140	
Imobilização em Curso	48.814	-	(1.568)	47.246	148.245
Total	743.040	(193.500)	(19.563)	529.997	574.523

9.1 Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos - Impairment

A fim de atender aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e CPC 27 (Ativo Imobilizado), a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade - *Impairment* em seus ativos. O valor recuperável de um Ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo, menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Após realização do teste de recuperabilidade, no qual foi utilizado o valor em uso, adotada a taxa de desconto de 1% e prazo de projeção de fluxo de caixa de 20 (vinte) anos, a Companhia identificou uma perda por desvalorização do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 19.563 mil, procedendo, dessa forma, a redução do Ativo imobilizado ao seu valor recuperável e a apropriação da Provisão da Perda no Resultado.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Imp. Encargos a Recolher	29.943	25.208
Salário a Pagar	886	187
Autônomos - INSS	106	103
Parcelamento PORTUS RTSA	6.965	6.312
Parcelamento ISS	782	593
Total obrigações fiscais e trabalhistas	38.682	32.403

11. Férias a pagar

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais correspondentes ao valor de R\$ 3.633 mil (R\$ 2.719 mil em 2015), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96.

12. Contas a pagar

Composto principalmente pelo saldo de parcelamentos de dívidas com o PORTUS - Instituto de Previdência Privada, INSS - Previdência Social, ISS e Rateio do Porto de Maceió.

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empregados	18	2
Terceiros	61	86
Contas a pagar passivo circulante	79	88

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Portus - Instituto de Seguridade Social	10.224	10.115
Parcelamento INSS	267	489
Parcelamento ISS	2.163	2.577
Parcelamento IRPJ	413	413
Parcelamento PIS/COFINS Maceió	443	515
Rateio - Maceió	3.669	2.928
Contas a pagar passivo não circulante	17.181	17.027

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2016, o montante de R\$ 2.909 mil referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.952 mil.

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/16, o saldo remanescente de R\$ 1.765 mil não atualizados monetariamente, tendo em vista a não existência de Parecer Atuarial ainda em fase de obtenção por parte da CODERN.

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Saldos em R\$ mil Consolidado			
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	24.461	803	12.644	37.908
Provisões constituídas no período		56	666	722
Reversões		(156)		(156)
Saldo em 31 de janeiro de 2016	24.461	703	13.310	38.474

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.16, totalizou R\$ 703 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R1) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2016, totalizou R\$ 24.461 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R1) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2016 o montante de R\$ 13.310 mil, em obediência a NBC TG 25 (R1) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Registrou um acréscimo destas provisões, tendo em vista apropriação da Provisão, relativo a processo judicial de INSS, do Porto de Maceió.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R1) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível e remota, cujo montante em 31.12.2016 somou R\$ 47.702 mil, conforme relação encaminhada pela GERJUR, mediante memorando nº. 052/2017.

14. Créditos para aumento de capital - Passivo Não Circulante

A totalidade do saldo da conta Créditos para Aumento de Capital, no Patrimônio Líquido, referentes ao Porto de Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca, foi transferida para o Passivo Não Circulante por recomendação da Assembleia Geral conforme a ata datada de 18.10.2016.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

15. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2016, totalizou R\$ 63.122 mil.

16. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2016 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	432.843	421.955
Aumento de capital com reservas		37.105
Compensação de prejuízos com redução de capital		(26.217)
Saldo Final	432.843	432.843

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade)	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ordinárias nominativas	98.365.624.890	98.365.624.890
Preferenciais nominativas	82.832.561.687	82.832.561.687
Total de ações	181.198.186.577	181.198.186.577

17. Créditos para aumento de capital

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, exceto quanto aos Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, os quais não compõem o saldo para efeito de incorporação ao Capital Social da CODERN.

18. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta de serviços prestados	31/12/2016	31/12/2015
Total Receita Bruta	62.682	53.604
(-) Impostos sobre serviços prestados	(8.800)	(7.645)
Receita líquida dos serviços prestados	53.882	45.959

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

19. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Encargos	23.957	17.815
Material de Operação	4.780	3.185
Material de Manutenção	35	607
Capatazias (pessoal supletivo)	-	1.394
Serviços de Manutenção e Reparos	769	898
Serviços Prestados por Terceiros	10.646	12.170
Encargos Operacionais Diversos	23	1.242
Depreciação Direta	23.314	17.150
Outros custos operacionais		902
Total	63.524	55.344

20. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Encargos	24.241	16.266
Material	507	580
Serviços Terceiros	9.408	9.799
Outros Encargos	115	156
Depreciação	144	149
Outras despesas administrativas	311	922
Total	34.727	27.872

21. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	1.192	20.795
Reversão de provisões	(43)	(5.495)
Saldo líquido de provisões constituídas	1.149	15.300

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

22. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	SalDOS em R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis Porto Natal	809	321
Aluguéis Porto Maceió	14.428	13.376
Total receitas patrimoniais	15.238	13.696
(-) Deduções da receita	(236)	(121)
Total receitas patrimoniais líquidas	15.002	13.576

Ocorreu acréscimo significativo nas Receitas de Aluguéis do Porto de Natal, uma vez que o faturamento referente aos repasses de água e energia do período de janeiro a setembro/16, foram registrados equivocadamente na conta de Receitas de Aluguel. Como a contabilização da Receita da Companhia é realizada através de arquivo de integração, somente foi identificado tal equívoco no mês de dezembro de 2016, tendo sido reclassificado nas respectivas contas contábeis o valor de R\$ 746.828,71, referente somente a este último mês.

23. Receitas e despesas financeiras

São oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. As despesas financeiras são em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

24. Remuneração de administradores e funcionários

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2016, foram os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Administradores		
Menor	17.844	17.844
Maior	26.741	25.279
Empregados		
Menor	880	812
Maior	28.283	49.330
Salário Médio	4.616	3.935